

**A. I. Nº** - 278905.1016/01-7  
**AUTUADO** - VALTER NASCIMENTO COSTA  
**AUTUANTE** - SANDOR CORDEIRO FAHEL  
**ORIGEM** - INFRAZ BOM JESUS DA LAPA  
**INTERNET** - 15.10.02

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0360-02/02

**EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. a) OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. b) ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO.** As provas processuais constituem comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal e, conseqüentemente, sem recolhimento do imposto. Exigências subsistentes em parte, após considerações da revisão fiscal. **2. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. OPERAÇÕES INTERNAS E SUBSEQUENTES. FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO.** Vendas para contribuintes não inscritos. Exigência tacitamente reconhecida pelo contribuinte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 11/12/01, exige o valor de R\$ 34.900,76, em razão da falta de recolhimento do imposto:

1. no valor de R\$ 8.535,11, relativo a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributadas, anteriormente efetuadas, sem emissão de documentos fiscais, inerente ao exercício de 1996, apurada através de auditoria de estoque, conforme documentos às fls. 7 a 194 do PAF;
2. no valor de R\$ 25.693,91, relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem emissão de documentos fiscais, inerente ao exercício de 1997, apurado através de auditoria de estoque, conforme documentos às fls. 195 a 418 dos autos;
3. no valor de R\$ 671,74, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas e subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes não inscritos sem retenção do imposto, conforme demonstrativo à fl. 427 do PAF.

O autuado apresenta impugnação ao levantamento quantitativo de estoque, relativo às duas primeiras infrações, onde aduz que as diferenças apuradas pelo autuante não conferem com o seu levantamento, do que apensa aos autos, às fls. 446 a 657, os seus demonstrativos analíticos e sintéticos como prova de suas alegações, reconhecendo o valor do imposto devido de R\$ 20.412,02.

O autuante, em sua informação fiscal, limita-se à expressão “MANTIDA A AUTUAÇÃO EM SUA FORMA ORIGINAL”.

Em decisão desta 2ª JJF, o PAF foi convertido em diligência à ASTEC no sentido de, fiscal estranho ao feito, cotejar os valores e as quantidades apresentadas na peça de defesa com as da acusação fiscal, conforme solicitado à fl. 667 dos autos.

Parecer ASTEC n.º 218/02, juntado aos autos às fls. 668 a 670, conclui que o ICMS devido é de R\$ 5.820,96 e R\$ 22.486,02, para os exercícios de 1996 e 1997, respectivamente, conforme demonstrativos, planilhas e documentos apensados às fls. 671 a 1.162 dos autos.

Do resultado do parecer foi dado ciência ao autuado e ao autuante, os quais não se pronunciaram.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir imposto, no valor de R\$ 34.900,76, em razão da constatação de omissão de saídas de mercadorias tributadas, apurada através de auditoria de estoque nos exercícios de 1996 e 1997 e da falta de retenção do ICMS nas vendas realizadas para contribuintes não inscritos, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, no exercício de 1997.

O autuado, em sua impugnação, anexa aos autos demonstrativos analíticos e sintéticos divergentes dos apurados pelo autuante, o que acarretou o envio do PAF à ASTEC para que fosse procedida a revisão da auditoria do estoque.

Da análise do Parecer da ASTEC, às fls. 668 a 670 e demonstrativos anexos, verifica-se que remanesce o imposto devido de R\$ 5.820,96 e R\$ 22.486,02, para os exercícios de 1996 e 1997, respectivamente, do que foi dado ciência ao contribuinte e ao autuante, para querendo se pronunciarem, o que não fizeram, entendendo-se como acatados.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$ 28.978,72, sendo R\$ 5.820,96 relativo a auditoria de estoque no exercício de 1996; R\$ 22.486,02 inerente ao levantamento quantitativo no exercício de 1997 e R\$ 671,74 referente a falta de retenção do ICMS nas vendas realizadas para contribuintes não inscritos, no exercício de 1997, cuja exigência foi tacitamente reconhecida pelo contribuinte.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **n.º 278905.1016/01-7**, lavrado contra **VALTER NASCIMENTO COSTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 28.978,72**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 671,74 e 70% sobre R\$ 28.306,98, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “e”, e III, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala de Sessões do CONSEF, 10 de outubro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR